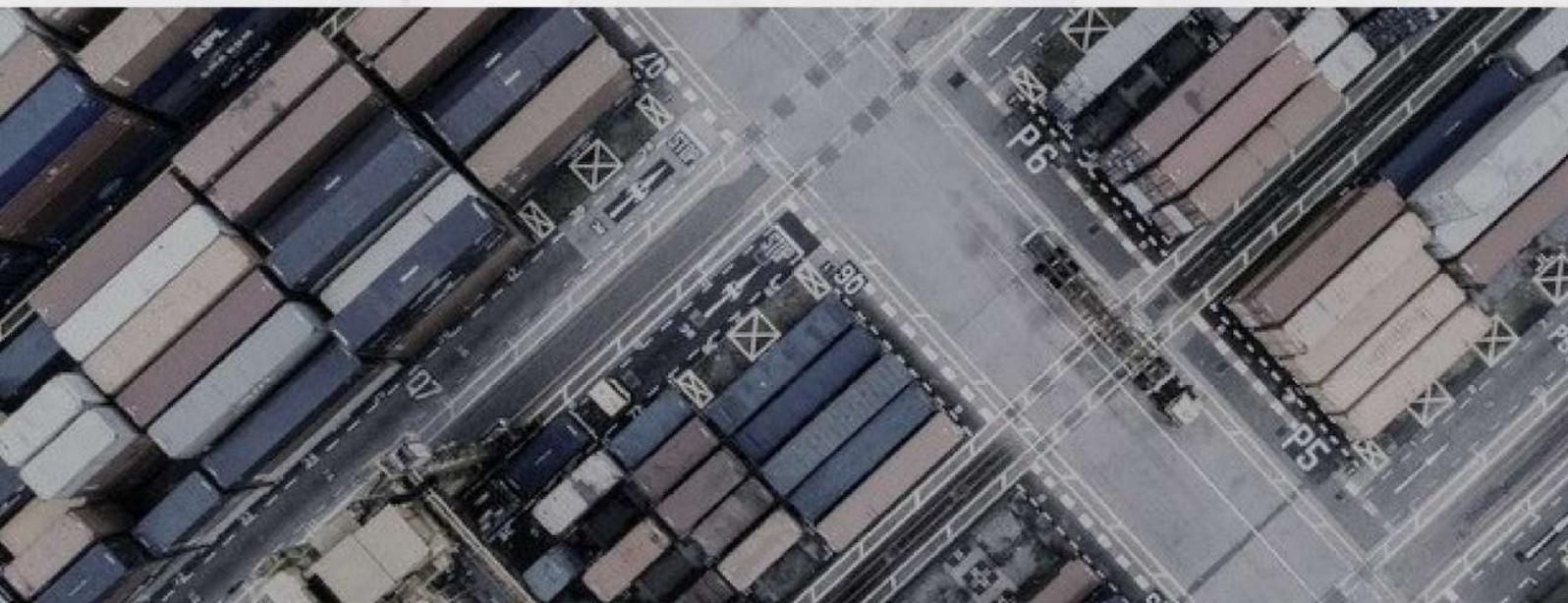




abgf

Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2023

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL.....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	7
NOTAS EXPLICATIVAS	8
1. Informações Gerais	8
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis	8
2.1. Base de preparação das informações contábeis	8
2.2. Moeda funcional e de apresentação	9
2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas	9
3. Práticas Contábeis.....	9
3.1. Caixa e equivalentes de caixa	9
3.2. Contas a receber de clientes	9
3.3. Imobilizado e Intangível	10
3.4. Contas a pagar/Fornecedores	10
3.5. Provisões.....	10
3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes	11
3.7. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido	11
3.8. Reconhecimento de receita e despesa	11
3.9. Ativos e Passivos Financeiros	12
3.9.1. Ativos Financeiros	12
3.9.2. Passivos Financeiros.....	12
3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores	12
3.11. Remuneração de Capital	13
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	13
5. Caixa e equivalentes de caixa	13
6. Títulos e Créditos a Receber	13
7. Tributos a recuperar/compensar	14
8. Outros Valores e Bens.....	14
9. Despesas Antecipadas	15
10. Créditos de Longo Prazo	15
11. Investimento em Fundos Garantidores	15
12. Imobilizado e Intangível	16
12.1. Ativo Imobilizado	16
12.2. Ativo Intangível	17
13. Obrigações a Pagar.....	17
14. Impostos e Encargos Sociais a Recolher.....	18
15. Encargos Trabalhistas	18
16. Impostos e Contribuições	18
17. Obrigações com Arrendamento	18
18. Patrimônio Líquido.....	19
19. Receita de Serviços.....	23
20. Custos dos Serviços Prestados	24
21. Despesas Administrativas por Natureza	24
22. Despesas com Pessoal por Natureza	25
23. Partes Relacionadas.....	26
24. Despesas Tributárias	27
25. Resultado Financeiro	27
26. Compromissos, Responsabilidades e Contingências.....	28
27. Eventos subsequentes	28



abgf

Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.



Relatório de Administração

Exercício de 2023

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2023

Ao Acionista,

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A - ABGF apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como forma de estreitar o seu relacionamento com a sociedade, por meio da divulgação de suas atividades e resultados, materializando o compromisso com a transparência e a prestação de contas.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da ABGF relativos ao exercício de 2023, que foram elaborados com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as exigências da Lei das Sociedades por Ações e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

1 Apresentação

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública de capital fechado de direito privado, criada na forma do art. 37 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objeto a constituição, a administração, a gestão e a representação de fundos garantidores e a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

A estrutura de governança corporativa está organizada em dois pilares de sustentação, sendo um orientado para gestão corporativa e o outro para fiscalização e controle, sendo composta pelos seguintes entes estatutários: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria-Executiva, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. A ABGF conta ainda, em sua estrutura corporativa com Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, e Auditoria Independente contratada.



A Assembleia Geral de Acionista é órgão máximo da ABGF, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. A União é o único acionista da Empresa e, é representada nas assembleias pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que atua seguindo as orientações do Governo Federal, sendo que os trabalhos da Assembleia Geral são dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo substituto que este vier a designar.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

O Conselho Fiscal é um órgão permanente de fiscalização da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Empresa. Vinculado diretamente à Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho Fiscal tem um papel relevante na fiscalização independente dos atos da gestão da Companhia.

O Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pela orientação geral de negócios ao decidir sobre os rumos estratégicos da ABGF. Além de definir as diretrizes estratégicas, é o guardião do sistema de governança da ABGF. Cabe ainda, a este Conselho a avaliação quanto ao alcance das metas e resultados da Empresa na execução do seu plano de negócios e planejamento estratégico.

O Conselho de Administração conta com dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente.

O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração assessora aos acionistas e ao Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e remuneração de conselheiros, dirigentes e integrantes do Comitê de Auditoria. Esse processo está em consonância com os requisitos de transparência, melhores práticas de governança e a regulamentação aplicável, notadamente quanto aos dispositivos previstos na Lei nº 13.303/2016.

A Diretoria-Executiva é o órgão responsável pela administração da Companhia, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, as diretrizes e a Orientação Geral dos Negócios emanada pelo Conselho de Administração, de forma a garantir o funcionamento da ABGF. As decisões da Diretoria Executiva buscam convergir as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração com o objetivo de gerar valor e garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

A ABGF conta ainda, com Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequabilidade do controle interno e do gerenciamento de riscos, e a Auditoria Independente, contratada para examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia.

No âmbito da ABGF, duas áreas mantêm o sistema de governança: a Gerência Executiva de Governança e a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade.

A Gerência Executiva de Governança atua no assessoramento aos órgãos estatutários, visando promover o funcionamento institucional, bem como manter a padronização da gestão, além de promover a disseminação das decisões e resoluções dos órgãos colegiados, assegurando transparência e prestação de contas às partes interessadas. A Gerência Executiva de Governança reforça o

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

compromisso de manter um modelo de governança equilibrado entre eficiência e controle, além de criar condições para o estabelecimento de mecanismos que combatem fraudes e a corrupção, monitorados pela Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade e Auditoria Interna.

A Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade, como parte integrante do sistema de controles internos, atua no estabelecimento de instrumentos, visando à conformidade dos processos, ao cumprimento das normas internas e externas, além de instituir mecanismos para o gerenciamento dos riscos institucionais, implementação das ações de Integridade e monitoramento e tratamento dos processos de Dados Pessoais. Esta gerência também é responsável pela Ouvidoria da ABGF.

Em 10.04.2023, foi publicado o Decreto nº 11.478 que exclui a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) do Programa Nacional de Desestatização (PND). Desta forma, a Empresa iniciou um trabalho de reorganização interna a fim de cumprir suas atividades no sentido de contribuir para a execução de políticas públicas, de acordo com as orientações do seu Ministério Supervisor.

2 Informações Relativas ao exercício de 2023

2.1 Planejamento Estratégico – Ciclo 2023-2027

O Planejamento Estratégico da ABGF, ciclo 2023-2027, foi aprovado em dezembro de 2022 pelo Conselho de Administração e havia sido elaborado considerando o contexto em que a Empresa estava inserida, ou seja, no Programa de Desestatização. Com a saída da ABGF do PND, o Planejamento foi revisto a fim de redirecionar e reorganizar a Agência dado que não seria mais desestatizada.

As diretrizes e os objetivos estratégicos tiveram como principal foco a conformidade e a integridade das ações a serem desenvolvidas pela Empresa, buscando efetividade no cumprimento das orientações governamentais. Durante o exercício de 2023, a ABGF trabalhou ativamente para executar as ações de forma a cumprir os seus objetivos estratégicos. Este esforço é percebido no alcance das metas estabelecidas para o período:

Indicador	Meta Anual	2023	2022
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Ajustado (resultado líquido pelo patrimônio líquido)	≥1%	8,09%	7,88%
Equilíbrio Econômico -Financeiro (despesas totais pelas receitas totais, incluindo as financeiras)	≤100%	66,06%	65,84%

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido Ajustado é um indicador financeiro que tem como prerrogativa medir a capacidade de uma empresa gerar valor com os recursos que possui. Ou seja, quanto (percentualmente) de lucro é gerado em relação ao capital investido pelos sócios. Em 2023 a ABGF cumpriu a meta estabelecida, com uma melhora de 2,69% em relação a 2022, devido, principalmente, ao aumento das receitas financeiras.

O Equilíbrio econômico-financeiro é o indicador apresenta quanto uma empresa consegue gerar de receitas totais, dadas as despesas totais incorridas, ou seja, quanto a empresa consome de recursos, independentemente de sua origem, para geração de cada R\$ 1,00 de receita.

No que tange as receitas e despesas operacionais, a ABGF manteve seu compromisso de cumprir com seus gastos operacionais por meio das receitas advindas dos serviços prestados. Em função da ausência de remuneração por dois meses e meio de seu principal contrato, praticamente toda receita obtida na prestação do serviço foi utilizada para custear os encargos operacionais da Companhia.

Em virtude do expressivo volume de recursos aplicados junto ao fundo do Banco do Brasil, a rentabilidade desses recursos permitiu que a Companhia apresentasse uma situação financeira confortável e favorável frente aos negócios, demonstrando que para cada real de receita auferida, aproximadamente R\$ 0,66 (sessenta e seis centavos) são consumidos por gastos gerais, gerando uma margem de contribuição bruta de 34% para formação do lucro. Ou seja, mantém equilíbrio financeiro de 66,06% no acumulado do exercício de 2023, contra 65,84% para o mesmo período de 2022, indicando uma pequena piora de 0,34%. Apesar das receitas financeiras terem um acréscimo de 8,9%, as receitas de prestação de serviços brutas reduziram 4,59%, resultando em acréscimo das receitas totais de 4,88%. Já as despesas totais tiveram um acréscimo de 5,78%, impactado, principalmente, pelas despesas com pessoal, que representam 41,93% das despesas totais e tiveram um acréscimo de 12,02%.

2.2 Adequação à LGPD e aprimoramento da Gestão de Riscos

Em 2023, a ABGF deu continuidade aos esforços para fortalecer sua gestão de riscos, visando aprimorar ainda mais o modelo existente. Como parte desse processo, foi concluído o estudo para a contratação de um software de gestão de riscos, com o objetivo de otimizar o monitoramento, avaliação e mitigação dos riscos mapeados. Em 05/09/2023, por meio do Contrato nº 012/2023, a ABGF contratou empresa especializada para fornecimento, na modalidade Software as a Service – SaaS, de Software de Gestão de Riscos.

O processo de implantação e parametrização do software foi concluído com sucesso em dezembro de 2023, marcando o início de uma fase crucial no aprimoramento da gestão de riscos na Empresa. Nesse sentido, a equipe da ABGF deu início ao cadastro dos Planos de Ações, concentrando-se inicialmente

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

nos riscos classificados como médios. Essa etapa é fundamental para assegurar que as ações corretivas estejam alinhadas com as peculiaridades de cada risco identificado.

Olhando para o futuro, no primeiro semestre de 2024, está prevista a conclusão do cadastro de todos os Planos de Ações, culminando em um panorama abrangente e atualizado das estratégias de mitigação adotadas. Adicionalmente, será conduzida uma nova avaliação dos riscos mapeados, considerando os impactos das ações já implementadas. Essa revisão sistemática permitirá ajustes contínuos no modelo de gestão de riscos, garantindo sua adaptação às dinâmicas do ambiente organizacional.

Em linhas gerais, a implementação do software agrega os seguintes benefícios para a gestão de riscos na ABGF:

- a) Gerenciar com mais eficiência todos os riscos de forma ágil e integrada;
- b) Padronização do modelo de Gestão de Riscos;
- c) Comunicação centralizada (Calendário, alertas, e-mails e notificações);
- d) Otimização do tempo no controle dos riscos;
- e) Tratamento e controle de Riscos Residuais;
- f) Planejamento adequado de ações de mitigação de riscos; e
- g) Proporcionar rapidez na detecção e tratamento de riscos.

Ao investir em um software especializado e completar a implementação, a ABGF demonstra seu compromisso contínuo com a excelência na gestão de riscos. Esse conjunto de ações não apenas fortalece a resiliência organizacional, mas também reflete a busca constante por eficiência e eficácia na administração dos desafios inerentes ao ambiente de negócios.

Olhando para o futuro, no primeiro semestre de 2024, está prevista a conclusão do cadastro de todos os Planos de Ações, culminando em um panorama abrangente e atualizado das estratégias de mitigação adotadas. Adicionalmente, será conduzida uma nova avaliação dos riscos mapeados, considerando os impactos das ações já implementadas. Essa revisão sistemática permitirá ajustes contínuos no modelo de gestão de riscos, garantindo sua adaptação às dinâmicas do ambiente organizacional.

2.3 Operações da Companhia

A ABGF, no cumprimento de seu objeto, administra o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), efetua a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e presta serviços para a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME) para a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito às Exportações (SCE) ao amparo do Fundo Garantidor de Exportação (FGE).

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

Considerando o direcionamento estratégico da ABGF, o Conselho de Administração é responsável pela orientação sobre a destinação das linhas de negócio quanto a sua gestão.

2.3.1 Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE

O FGIE é um fundo de natureza privada, tem patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da Administradora, estando sujeito à direitos e obrigações próprias, não contando com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público, bem como responde por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.

O Fundo foi constituído em 28 de novembro de 2014 pela ABGF, em conformidade com o art. 33 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e tem por finalidade garantir, direta ou indiretamente, quaisquer riscos relacionados às operações de que trata o §7º, do mencionado artigo, inclusive não gerenciáveis relacionados a concessões, observadas as condições e formas previstas no Estatuto do Fundo.

Encontra-se vigente a garantia prestada pelo FGIE, com previsão de conclusão em 2044, à Parceria Pública Privada firmada pelo município de Salto, no Estado de São Paulo e a Empresa CSO Ambiental de Salto SPE S/A, para prestação de serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos. O limite de cobertura, observadas as condições da garantia, é de R\$ 6.179.615,40 (seis milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quinze reais e quarenta centavos). Durante o ano de 2023, a ABGF realizou o acompanhamento da garantia certificando-se que os aportes de responsabilidade do parceiro público foram realizados.

Cabe destacar que em 19.05.2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.052/2021, convertida na Lei nº 14.227/2021, que autoriza a União a criar um fundo para financiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público privadas (PPPs), a serem realizados pela União, Estados e Municípios. Essa lei, que altera o Artigo 32-A da Lei nº 12.712/2012, cujo enunciado dispõe que o novo Fundo será administrado e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira selecionada por meio de chamada pública. Também ficou estabelecido que o novo Fundo seja criado a partir da reestruturação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), funcionando sob o regime de cotas, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Em 30 de dezembro de 2021 foi publicado o Decreto 10.918, de 29.12.2021, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável - FDIRS, de que trata o art. 32 da Lei nº 12.712/2012. De acordo com o parágrafo primeiro do Art. 11 do referido Decreto “A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias exercerá a administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura enquanto não for efetuada a adequação do estatuto

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

de que trata o caput e a contratação da instituição financeira administradora selecionada nos termos do disposto no art. 9º. Pelo disposto no parágrafo segundo desse mesmo artigo, “O disposto no § 1º não autoriza a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias a contratar novas operações do Fundo Garantidor de Infraestrutura além daquelas em curso em 19 de maio de 2021”.

Em 2023, em razão do disposto no Decreto nº 10.918, de 29.12.2021, acima citado, não foram analisados novos projetos de infraestrutura para garantia do FGIE.

Em 29/12/2023, por ocasião da 9ª Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, foi feita a transição do FGIE para o FDIRS – Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, e aprovada a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, como sua nova administradora.

Nesta mesma Assembleia Extraordinária de Cotistas foi também aprovado o Protocolo de Transição do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE para o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS, cuja finalidade é o estabelecimento de condições e procedimentos específicos para a transição do FGIE para o FDIRS, inclusive no que diz respeito ao tratamento de dados e informações confidenciais e sigilosas relacionados ao FGIE, ao seu patrimônio, à sua administração, bem como aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis de funcionários, agentes públicos e demais cidadãos porventura relacionados com a administração e operacionalização do FGIE.

Neste sentido, foram disponibilizadas todas as informações a respeito das operações ativas e passivas, além das informações contábeis. No referido protocolo está prevista a retirada da atual administração da participação estatutária no FGIE e a liquidação de todas as obrigações do Fundo com a ABGF, inclusive as futuras, associadas à prestação de informações acessórias e administrativas relacionadas à condução de atividades da antiga gestão.

Por ocasião da elaboração do citado Protocolo de Transição foi acordado que seria definido um prazo de 15 dias, após a aprovação pela assembleia de cotistas, para entrada em vigor do estatuto do FDIRS, de modo que a ABGF, ainda na condição de administradora do FGIE, pudesse realizar pagamentos em nome do Fundo, resgate de suas cotas e outras atividades.

Como a assembleia de cotistas aprovou a destituição imediata da ABGF como administradora do FGIE, com entrada em vigor do estatuto do FDIRS na data da realização da mencionada AGE, foi solicitado pela ABGF e aprovado pelos cotistas que as obrigações da ABGF, originariamente de sua responsabilidade, ainda na condição de administradora, fossem assumidas imediatamente pelo novo administrador, assim que efetivada a transferência do Fundo e estabelecido o prazo de 15 dias para a nova administradora do Fundo efetuar os pagamentos à ABGF amparados na peça orçamentária; e liquidar e resgatar integralmente, em favor da ABGF, as cotas de titularidade da ABGF no FGIE.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

Em 29 de dezembro de 2023, o Patrimônio Líquido do FGIE era da ordem de R\$ 968,7 milhões.

2.3.2 Seguro de Crédito à Exportação – SCE

A ABGF presta serviços para a União, representada pela Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), na execução dos serviços de SCE previstos na Lei nº 6.704/1979 e cobertos com recursos do FGE, fundo este de natureza contábil, cujos recursos integram a conta única do Tesouro Nacional. Os serviços prestados pela ABGF incluem análise, acompanhamento, monitoramento, gestão dos riscos e das coberturas de seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE, em operações com prazo superior a dois anos, denominadas de Médio e Longo Prazo (MLP), bem como gestão de sinistros dessas operações.

A ABGF conduz a gestão de garantias de seguro de crédito à exportação para grandes companhias, em operações com prazo superior a dois anos, denominadas operações de Médio e Longo Prazo (MLP). No ano de 2023, foram analisadas 6 (seis) operações no segmento de Médio e Longo Prazo (MLP). Quando comparado com exercício de 2022, nota-se crescimento de 50% na quantidade de análises efetuadas. Exatamente como verificado em 2022, das 06 (seis) operações analisadas em 2023, verificou-se 100% de aprovação.

Cumprir destacar que o Contrato de Prestação de Serviços vigente até 30.04.2023 não poderia ser mais renovado, tendo em vista os prazos legais previstos na Lei 8.666/1993. Foi negociado um novo contrato de prestação de serviços, que foi assinado apenas em 10.07.2023, ficando a empresa sem receitas deste contrato pelo período de 2 meses e 10 dias. Todavia, a renegociação permitiu um reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, tendo em vistas que as receitas das outras linhas de negócios da Empresa estavam arcando com despesas deste contrato. Com os novos valores, as receitas do contrato passaram a cobrir as despesas provenientes desta linha de serviços.

2.3.3 Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR

O FESR, criado por meio do Decreto-Lei nº 73/1966, tem por finalidade manter e garantir o equilíbrio das operações do seguro rural no país, bem como atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe inerentes às atividades rurais.

Desde julho de 2015, a ABGF é encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural até a completa liquidação das obrigações do Fundo, conforme previsto na Lei 13.195, de 25.11.2015, que alterou a Lei 12.712, de 30.08.2012.

Em 12 de junho de 2017, foi publicado o Decreto nº 9078, que dispõe sobre a remuneração da ABGF pela gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, resultando em percepção de receita, a partir de 13 de julho de 2017, pela ABGF.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

Por meio da Resolução CNSP nº 404/2021, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) dispõe sobre o FESR, quanto a sua finalidade e modalidades que podem ser objeto de cobertura pelo Fundo, a saber: (i) seguro agrícola; (ii) seguro pecuário; (iii) seguro aquícola; (iv) seguro de florestas e (v) seguro de penhor rural.

O exercício social do FESR, de acordo com a citada Resolução, é de 1º de janeiro até 31 de dezembro do mesmo ano.

No primeiro semestre de 2023 foi realizada a apuração do resultado FESR referente ao exercício 2022, totalizando R\$ 59,4 milhões em contribuições para o Fundo e R\$ 34,8 milhões em indenizações. Já em outubro de 2023, conforme calendário de gestão do Fundo, foi enviada a todos as empresas participantes a solicitação para apresentação dos Planos de Operação para o exercício 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o Patrimônio Líquido do Fundo era de R\$ 392,1 milhões.

2.3.4 Fundo de Indenizações do Seguro Obrigatório de Embarcações

O Fundo FUNDPEM teve sua criação autorizada pela Lei nº 13.313/2016, que alterou as Leis nº 12.712/2012 e 8.374/1991, e é destinado para a cobertura de indenizações por morte ou por invalidez permanente, bem como das despesas de assistência médica e suplementares, causadas exclusivamente por acidentes com embarcações não identificadas ou que estejam inadimplentes quanto ao pagamento do seguro obrigatório DPEM. Nos termos da legislação, as indenizações passam a ser devidas por esse fundo de direito privado, o qual foi constituído pela ABGF em 23 de janeiro de 2018 e é por ela administrado, gerido e representado.

A referida Lei estabelece que o patrimônio do FUNDPEM seja formado por parcela dos prêmios arrecadados pelo seguro DPEM, pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos e por outras fontes definidas pelo CNSP. A Lei define, ainda, que o FUNDPEM somente poderá indenizar se houver disponibilidade de recursos gerados pelos prêmios de seguros cobrados pelas seguradoras privadas no DPEM.

A legislação define que o CNSP disporá sobre as obrigações, os prazos para a implementação e a remuneração devida à administradora do fundo. Contudo, deve-se observar que a partir de abril de 2016 o mercado segurador privado deixou de oferecer o seguro DPEM, motivo pelo qual se tornou sem efeito a exigência de sua obrigatoriedade, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei nº 8.374/1991, o que impossibilitou a formação do patrimônio do FUNDPEM. Desta forma, o Fundo não se encontra operacional.

Questionada, em dezembro de 2022, sobre a existência de sociedades seguradoras operando o Seguro DPEM, a SUSEP, por meio do Despacho

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

Eletrônico 568/2022/CGRES/DIR1/SUSEP, informou não ter registro de seguradoras com emissão de prêmios de seguro DPEM ao longo de 2022.

2.4 Desempenho Econômico-Financeiro

A ABGF, em 2023, auferiu receita de serviços com a administração e gestão dos fundos FGIE e do FESR, e na prestação de serviços para a MDIC relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparado do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Apresentamos a seguir a composição do Resultado dos períodos de 2023 e 2022:

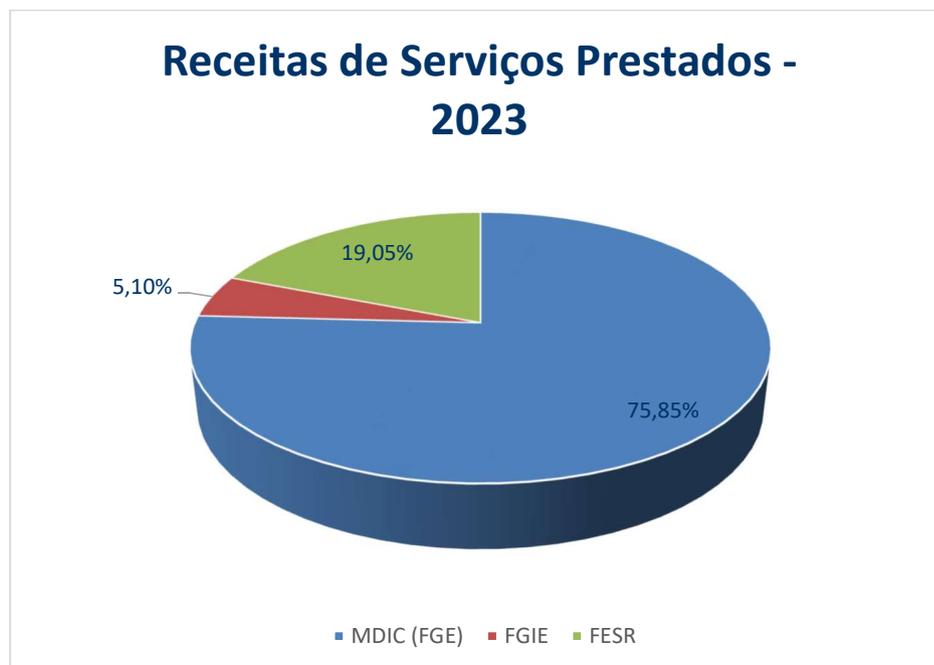
	Valores expressos em Reais		
	2023	2022	Var. %
Serviços Prestados	19.845.585	20.799.453	-4,6%
(-) Tributos sobre o Faturamento	(2.601.147)	(2.963.922)	-12,2%
Receita Líquida de Serviços	17.244.438	17.835.531	-3,3%
Resultado Financeiro Líquido	37.885.707	35.306.081	7,3%
Receitas Totais	55.130.145	53.141.612	3,7%
(-) Despesas Operacionais	(19.118.026)	(18.068.368)	5,8%
Resultado do Exercício (antes de IRPJ e CSLL)	36.012.119	35.073.244	2,7%
IRPJ e CSLL	(9.882.101)	(9.778.359)	1,1%
Lucro Líquido do Exercício	26.130.018	25.294.885	3,3%

O resultado do exercício em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 36.012 mil, antes da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, ante a um resultado de R\$ 35.073 mil no mesmo período de 2022, com aumento na ordem de 2,7%.

Esse resultado foi impactado, principalmente, pela elevação do resultado financeiro da ordem de 7,3%, compensado pela redução de 3,3% verificado nas receitas com prestação de serviços. As receitas de prestação de serviços de administração do FESR reduziram significativamente, decorrente da redução da base de cálculo dos serviços prestados que levam em consideração o montante de prêmios emitidos com garantia, que tiveram uma queda de 26,4%, em 2023, quando comparado com o mesmo período de 2022.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

O gráfico a seguir demonstra a composição das receitas operacional líquida com serviços prestados no exercício de 2023.



A elevação do resultado financeiro líquido de 7,3% pode ser explicada pela elevação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), em papéis pós-fixados, base da carteira do fundo mantido junto ao Fundo de Investimento.

As despesas operacionais em 2023 tiveram aumento de 5,8% em relação ao ano de 2022, decorrente, principalmente, pelos reajustes contratuais dos serviços de terceiros, e, da readequação do quadro de pessoal ocorridas em 2023.

No exercício de 2023, esta despesa ficou distribuída da seguinte forma: i) gastos com pessoal, incluindo remuneração, benefícios e encargos representando 79,37% dos gastos totais; ii) gastos administrativos representando 10,72%; e iii) despesas tributárias representando 9,91%, excluídos os tributos sobre o lucro e sobre o faturamento.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

	Valores expressos em Reais			
	2023	AV %	2022	AV %
Custos dos Serviços Prestados	14.777.144	77,30%	13.226.032	73,20%
Custos Administrativos	2.435.233	12,74%	2.067.560	11,44%
Pessoal	12.341.911	64,56%	11.158.472	61,76%
Despesas Administrativas	2.445.705	12,79%	3.105.164	17,19%
Custos Administrativos	(386.472)	-2,02%	717.227	3,97%
Pessoal	2.832.177	14,81%	2.387.937	13,22%
Despesas com Tributos	1.895.177	9,91%	1.737.172	9,61%
Total da Despesa Operacional	19.118.026	100%	18.068.368	100%

O resultado financeiro líquido é apresentado a seguir:

	Valores expressos em Reais		
	2023	2022	Var. %
Rendimentos de aplicações financeiras	38.397.950	35.413.266	8,4%
Atualização / Juros ativos	466.678	246.888	89,0%
	38.864.628	35.660.154	9,0%
Juros sobre prestações de arrendamento	(5.305)	-	100,0%
Despesas financeiras	(973.616)	(354.073)	175,0%
Resultado Financeiro líquido	37.885.707	35.306.081	7,3%

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil. O aumento de 8,4% (R\$ 38.397 mil no exercício de 2023 ante R\$ 35.413 mil em 2022) é consequência da elevação da taxa de juros “Selic” no primeiro semestre de 2023, em papéis pós-fixados, base das carteiras dos fundos mantidos junto ao Banco do Brasil.

As Despesas Financeiras decorrem de juros e atualizações das obrigações da Companhia e tiveram aumento de 175,0% (R\$ 978 mil no exercício de 2023 ante R\$ 354 mil em de 2022), decorrente, principalmente, da atualização da taxa de juros “Selic” sobre os valores de dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados na Assembleia Geral ordinária, realizada em 18 de abril de 2023, atualizados até a data do seu efetivo pagamento. A partir de agosto/2023, com a aplicação contábil do CPC 06 (R2), e os juros sobre as contraprestações de arrendamento passaram a ser registrados como despesas, tendo como taxa de desconto a taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

O Índice de eficiência operacional é calculado pela relação entre a despesa operacional e a receita líquida operacional. Eventuais reduções ou incrementos de receitas também devem ser considerados no cálculo. O quadro a seguir demonstra o Índice de Eficiência Operacional do exercício de 2023 em comparação ao ano de 2022:

Valores expressos em milhões de Reais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023	2022
Despesas Operacional	16,7	15,9
Receita Operacional Líquida	17,2	17,8
INDICADOR REALIZADO	0,97	0,89

*Observação: As receitas operacionais estão líquidas das deduções (impostos sobre o faturamento) e não consideram as receitas financeiras.
As despesas operacionais excluem os tributos sobre o Lucro, os tributos incidentes sobre as receitas financeiras, depreciação e as despesas financeiras.*

A movimentação de custos e receitas fez com que o Índice de Eficiência Operacional apresentasse uma variação que evidencia elevação de 8,56%, passando de 0,89 no exercício de 2022 para 0,97 em 2023.

2.5 Ativos da ABGF

No exercício de 2023, os investimentos em ativos não circulantes da ABGF foram reclassificados para o curto prazo, na forma do CPC 48, tendo em vista a intenção da Companhia no resgate das cotas estatutárias do Fundo. O valor das cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE, representa 0,029% dos ativos totais da Empresa.

Na Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE, realizada no dia 29/12/2023, foi aprovada a destituição da ABGF como administradora do Fundo e designação da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como a nova administradora do Fundo.

O quadro a seguir demonstra a movimentação da participação de propriedade da ABGF em cotas de fundos garantidores.

Valores expressos em Reais

Investimento	Saldo em 2022	Aportes em 2023	Valorização	Transferência	Participação	Resgates de Cotas	Saldo em 2023
FGIE	86.531	-	10.426	-	96.957	-	96.957
	86.531	-	10.426	-	96.957	-	96.957

O ativo circulante é basicamente composto por 99,1% dos ativos totais, estão representados por aplicações financeiras (R\$ 322,9 milhões) e tributos a recuperar (R\$ 8,1 milhões).

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

3 Considerações Finais

A ABGF mantém o seu compromisso de manter a sua sustentabilidade econômico-financeira, com foco na governança e na transparência, sustentada nos valores de integridade, eficiência e qualidade, pilares fundamentais para alcance dos objetivos estratégicos da Empresa na geração de valor à sociedade. Para tanto, buscamos o alinhamento e integração com os órgãos do governo brasileiro com vistas a contribuir para a execução das políticas públicas relativas à administração de fundos e operacionalização de garantias prestadas com recursos da União, tendo como pressuposto garantir a continuidade e qualidade na execução dos serviços prestados.

Fabiano Maia Pereira
Presidente

Luiz Eduardo do Nascimento Legaspe
Diretor de Garantias

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		331.373.497	328.915.115
Disponível	(5)	322.982.609	322.451.130
Caixa e Bancos		2.826	4.435
Equivalentes de Caixa - Investimentos		322.979.783	322.446.695
Títulos e Créditos a Receber		8.275.294	6.348.418
Títulos e Créditos a Receber	(6)	2.330.059	2.029.378
Tributos a recuperar/compensar	(7)	5.848.278	4.319.040
Cotas de Fundos Garantidores	(8)	96.957	-
Despesas Antecipadas	(9)	115.594	115.567
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.129.427	1.577.840
Créditos de Longo Prazo	(10)	-	25.253
Investimentos		-	86.531
Investimentos em cotas de fundos garantidores	(11)	-	86.531
Imobilizado	(12.1)	3.127.139	1.434.631
Arrendamentos		2.963.040	1.021.207
Bens Móveis		164.099	229.522
Outras Imobilizações		-	183.902
Intangível	(12.2)	2.288	31.425
Outros Intangíveis		2.288	31.425
TOTAL DO ATIVO		334.502.924	330.492.955
PASSIVO CIRCULANTE		9.023.224	8.898.714
Contas a Pagar		9.023.224	8.898.714
Arrendamentos de curto prazo	(17)	545.263	948.912
Obrigações a Pagar	(13)	6.529.214	6.238.544
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	(14)	600.518	523.558
Encargos Trabalhistas	(15)	1.083.234	986.322
Impostos e Contribuições	(16)	264.995	201.378
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.433.331	383.990
CONTAS A PAGAR		2.433.331	383.990
Arrendamentos de Longo Prazo	(17)	2.417.777	-
Tributos Diferidos	(16)	15.554	12.010
Passivos Contingentes		-	371.980
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(18)	323.046.369	321.210.251
Capital Social		296.337.788	296.337.788
Reserva Legal		8.060.749	6.754.249
Reserva de Retenção de Lucros		2.113.431	-
Dividendos Propostos		16.504.207	18.022.606
Outros Resultados Abrangentes		30.194	95.608
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		334.502.924	330.492.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

● DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES	(19)	17.244.438	17.835.531
Receitas de Prestação de Serviços		19.845.585	20.799.453
(-) Deduções de Receita de Serviços		(2.601.147)	(2.963.922)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM FUNDOS	(20)	(14.777.144)	(13.226.032)
Outros Custos Administrativos	(21)	(2.435.233)	(2.067.560)
Pessoal	(22)	(12.341.911)	(11.158.472)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES		2.467.294	4.609.499
(=) RECEITAS DE SERVIÇOS COM FUNDOS		2.467.294	4.609.499
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(2.445.705)	(3.105.164)
Despesas Administrativas	(21)	386.472	(717.227)
Despesas com Pessoal	(22)	(2.832.177)	(2.387.937)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	(24)	(1.895.177)	(1.737.172)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(25)	37.885.707	35.306.081
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras - demais		38.864.628	35.660.154
DESPESAS FINANCEIRAS			
Despesas financeiras		(978.921)	(354.073)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		36.012.119	35.073.244
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES		36.012.119	35.073.244
(-) IMPOSTO DE RENDA		(7.227.156)	(7.150.023)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.654.945)	(2.628.336)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		26.130.018	25.294.885
DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(18.d)	22.710.086	24.030.141
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		50.000	50.000
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		522,6	505,9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	(18.b)	26.130.018	25.294.885
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Cotas de Fundos Garantidores		6.881	5.034
Ajuste de variação patrimonial - Leasing		(72.295)	72.295
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>26.064.604</u>	<u>25.372.214</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas				Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Total
			Reserva Legal	Dividendos	Retenção de Lucros	Estatutária			
Saldos em 31/12/2021		237.370.917	5.489.504	7.776.903	-	58.966.871	18.279	-	309.622.474
Lucro Líquido do Exercício	(18.b)	-	-	-	-	-	-	25.294.885	25.294.885
Reversão de Reserva Estatutária ao Patrimônio Líquido		58.966.871	-	-	-	(58.966.871)	-	-	-
Destinação do Lucro Líquido do Exercício									
Constituição de Reserva Legal		-	1.264.745	-	-	-	-	(1.264.745)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(18.d)	-	-	-	-	-	-	(6.007.535)	(6.007.535)
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior		-	-	(7.776.902)	-	-	-	-	(7.776.902)
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo		-	-	18.022.605	-	-	-	(18.022.605)	-
Resultados Abrangentes									
Outros Resultados Abrangentes	(18.c)	-	-	-	-	-	77.329	-	77.329
Saldos em 31/12/2022		296.337.788	6.754.249	18.022.606	-	-	95.608	-	321.210.251
Lucro Líquido do Exercício	(18.b)	-	-	-	-	-	-	26.130.018	26.130.018
Destinação do Lucro Líquido do Exercício									
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior		-	-	(18.022.605)	-	-	-	-	(18.022.605)
Constituição de Reserva Legal		-	1.306.500	-	-	-	-	(1.306.500)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(18.d)	-	-	-	-	-	-	(6.205.881)	(6.205.881)
Constituição(Reversão) de Reserva de Lucros		-	-	-	-	2.113.431	-	(2.113.431)	-
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo		-	-	16.504.206	-	-	-	(16.504.206)	-
Resultados Abrangentes									
Outros Resultados Abrangentes	(18.c)	-	-	-	-	-	(65.414)	-	(65.414)
Saldos em 31/12/2023		296.337.788	8.060.749	16.504.207	2.113.431	-	30.194	-	323.046.369

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais			
Lucro do exercício		26.130.018	25.294.885
Ajustes para conciliar o Resultado e as Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		958.110	354.073
Ganho/Perda na doação de ativos imobilizados		9	-
Reforço(Reversão) de provisão para passivos contingentes		(371.980)	56.475
Depreciação/Amortização/Ajuste Vlr. Recuperável	(12.1) e (12.2)	550.877	517.684
Variações nos ativos			
Aumento de contas a receber de clientes		(300.681)	(559.493)
Aumento de tributos a Recuperar	(7)	(1.529.239)	997.468
Aumento de outros Créditos		(86.558)	69.810
Variações nos passivos			
Aumento de fornecedores/contas a pagar		51.857	87.846
Aumento de obrigações trabalhistas e sociais		172.036	81.524
Aumento de obrigações fiscais e tributárias	(16)	105.921	42.113
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.680.370	26.942.385
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(12)	(30.837)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.235.464)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aquisição de imobilizado de Arrendamento		(241.587)	-
Dividendos/JCP pagos no exercício		(24.988.250)	(10.723.277)
Baixa de Investimento		86.531	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de Financiamentos		(21.938.679)	(10.723.277)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		506.227	16.219.108
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(5)	322.476.382	306.257.274
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	(5)	322.982.609	322.476.382
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		506.227	16.219.108
Movimentação que não afetam caixa:			
Constituição (baixa) de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo		3.545	2.593
Baixa de Ativos mediante redução de participação		-	7.626

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NE	2023	2022
1 - RECEITAS		19.845.585	20.799.453
1.1) Vendas de serviços	(19)	19.845.585	20.799.453
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos tributos – ISS, PIS/Pasep e COFINS)		3.560.199	4.497.907
2.1) Tributos sobre os serviços vendidos	(19)	2.601.147	2.963.922
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		959.052	1.533.985
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		16.285.386	16.301.546
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	(12)	550.877	517.684
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		15.734.509	15.783.862
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		38.864.628	35.660.154
6.1) Receitas financeiras	(25)	38.864.628	35.660.154
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		54.599.137	51.444.016
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		54.599.137	51.444.016
8.1) Pessoal		13.210.864	11.717.215
8.1.1 – Remuneração direta		11.446.663	10.101.966
8.1.2 – Benefícios		1.074.150	988.200
8.1.3 – F.G.T.S		690.051	627.049
8.2) Impostos, taxas e contribuições		13.650.801	13.243.057
8.2.1 – Federais		13.605.447	13.200.258
8.2.2 – Municipais		45.354	42.799
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		1.607.454	1.188.858
8.3.1 – Juros		980.901	356.838
8.3.2 – Aluguéis		626.553	832.020
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		26.130.018	25.294.886
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	(18.d)	22.710.087	24.030.141
8.4.2 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		3.419.931	1.264.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

● NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública de capital fechado de direito privado, criada na forma do art. 37 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e que atua na forma do art. 38 do mesmo diploma legal, mediante a administração, gestão e representação de fundos garantidores, que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos Político, Extraordinário e de Crédito em operações do Seguro de Crédito à Exportação.

No cumprimento de seu objeto, atua, ainda, na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 23 de fevereiro de 2024, pela administração da época. Em 22/03/2024, as demonstrações contábeis foram ratificadas, com melhorias nos aspectos redacionais.

2.1. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas

NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), aprovou o CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O pronunciamento alterou de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias.

O CPC 06 (R2) foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, Resolução CVM nº 095, de 20 de maio de 2022, e pela NBC TG 06 (R3) do CFC.

A Companhia passou a registrar contabilmente seu contrato de aluguel, repactuado, a partir de agosto/2023, de forma retrospectiva em 2022. Devido aos impactos imateriais decorrente da apresentação retrospectiva a administração entende que não há necessidade de outras divulgações.

3. Práticas Contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

3.3. Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (impairment), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A partir de agosto de 2023 a Companhia passou a registrar o contrato de Aluguel da Sede na forma do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, com sua aplicação retrospectiva conforme previstos no Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A reapresentação representa com confiabilidade os ajustes que teriam ocorrido no período reapresentado, estando adequado para fins de comparabilidade dos efeitos das mudanças ocorridas. A parcela depreciável é o valor das contraprestações previstas no contrato de aluguel, trazidas a valor presente pela taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil. As parcelas não depreciáveis compreendem os custos de desmobilização e a aplicação de multa contratual no caso de rescisão.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

3.4. Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Na forma do Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia aplica como taxa de desconto incidente sobre as contraprestações dos aluguéis a taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

3.5. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3.5.1. Ativos Contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

3.5.2. Passivos Contingentes

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

3.5.3. Provisão

É um passivo de prazo ou de valor incertos, que são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.7. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9,00%
PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,60%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

Relativamente ao Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. A apuração do IRPJ e da CSLL tem por base os balancetes mensais de suspensão ou redução, utilizando-se a base de cálculo do Lucro Real antes da compensação e prejuízos fiscal, quando houver, ajustados pelas adições e exclusões.

A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep (Programa de Interação Social) e da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), tendo como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica.

3.8. Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

3.9. Ativos e Passivos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

3.9.1. Ativos Financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

3.9.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado.

3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

3.11. Remuneração de Capital

A política atual da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e os dividendos adicionais mantidos em conta destacada do Patrimônio Líquido, aguardando aprovação pelo Conselho de Administração e deliberação da Assembleia Geral.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		(valores em reais)
		31 de dezembro de 2023
		31 de dezembro de 2022
Caixa e Bancos	(i)	2.826
Aplicações Financeiras	(ii e iii)	322.979.783
		322.982.609
		322.451.130

- (i) O valor registrado refere-se a valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos), de acordo com norma interna da ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) A partir de dezembro de 2023, as aplicações financeiras da ABGF passaram a ser realizadas em dois fundos: (a) BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo. Esse Fundo tem liquidez imediata e possui resgate automático para fazer frente à cobertura de saldo na conta corrente; e (b) RF LP Corporate Bancos, que tem seus recursos aplicados em cotas de fundos de investimentos composto de títulos e operações com prazo médio de carteira superior a 365 dias e também possui liquidez imediata (D+0).
- (iii) Em 2023, a rentabilidade anual do Fundo BB Paranoá foi de 12,76%, correspondendo ao seu *benchmark* (Taxa DI), que ficou em 13,04%. Já o RF LP Corporate Bancos teve rentabilidade no ano de 13,23%, sendo que em dezembro a rentabilidade do fundo foi de 0,93%.

6. Títulos e Créditos a Receber

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e por outorga legal ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), e ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Os clientes a seguir são classificados como Partes Relacionadas.

		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Partes Relacionadas:			
MDIC (FGE)	(i)	1.564.202	1.055.969
FESR	(ii)	172.962	338.957
FGIE	(iii)	592.895	634.452
		2.330.059	2.029.378

- (i) Valor a receber do MDIC, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior;
- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural no mês de encerramento do respectivo período analisado. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017;
- (iii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos.

7. Tributos a recuperar / compensar

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade, itens 71 e 72, a Companhia reconhece e mensura separadamente os ativos fiscais (tributos a recuperar) e passivos fiscais (tributos a recolher).

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos da ABGF por ocasião dos serviços prestados:

		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
CSLL retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	2.022	16.305
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	9.704	78.266
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	380.774	255.406
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	5.448.399	3.909.548
Outros tributos e contribuições a Recuperar	(iii)	7.379	59.515
Total dos Tributos a Recuperar		5.848.278	4.319.040

Ativo Fiscal Corrente **5.848.278** **4.319.040**

- (i) O saldo das rubricas CSRF/IRRF refere-se às retenções efetuadas pela apropriação das Notas Fiscais emitidas em dezembro/2023, e que ainda não foram pagas para a ABGF pelo MDIC e o FESR;
- (ii) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL é o resultado do excedente dos recolhimentos antecipados e as retenções na fonte, apurado pelo Lucro Real e com o livro de apuração da Contribuição Social sobre o lucro do exercício anterior. O art. 28 da instrução Normativa RFB nº 2.055, de 06 de dezembro de 2021, estabelece que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB. A redução do saldo negativo IRPJ/CSLL, é decorrente das compensações no exercício;
- (iii) Outros tributos a recuperar referem-se ao PIS e COFINS retidos na fonte sobre os serviços prestados.

8. Outros Valores e Bens

(a) Cotas de Fundos Garantidores

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
FGIE-Fdo. Gar. Infraestrutura	96.957	-
	96.957	-

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Na Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do Fundo Garantidor de Infraestrutura, realizada no dia 29/12/2023, foi aprovada a destituição da ABGF como administradora do Fundo e designação da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Tendo em vista a intenção da ABGF no resgate das cotas estatutárias do Fundo, o valor foi reclassificado para curto prazo, na forma do CPC 48. A liquidação financeira ocorreu no dia 31 de janeiro de 2024, no valor da cota parte apurada em 29 de dezembro de 2023.

9. Despesas Antecipadas

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Outros Custos e Despesas Pagos Antecipadamente	115.594	115.567
	115.594	115.567

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente, cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas com IPTU, licença de softwares e seguros.

10. Créditos de Longo Prazo

A partir do terceiro trimestre de 2022, em razão da ação judicial tramitada na 16ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, a Companhia efetuou o recolhimento do Depósito Judicial visando garantir recurso de revista nos termos do art. 899, § 2º e demais parágrafos da CLT. O depósito foi baixado em 2023 com a solução da demanda.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Depósito Judicial	-	25.253
	-	25.253

O depósito judicial é vinculado ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança.

11. Investimento em Fundos Garantidores

Na Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do Fundo Garantidor de Infraestrutura, realizada no dia 29 de dezembro de 2023, foi aprovada a destituição da ABGF como administradora do Fundo e designação da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Tendo em vista a intenção da ABGF no resgate das cotas estatutárias do Fundo, o valor foi reclassificado para curto prazo, sendo mantido o Ajuste a Valor justo no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários, na forma do CPC 48.

(a) Movimentação da participação.

Investimento	2022	Aportes em 2023	Valorização	Transferência	Participação	Resgates de Cotas	2023
FGIE	86.531	-	10.426	(96.957)	-	-	-
	86.531	-	10.426	(96.957)	-	-	-

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(b) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Investimento	Ajustes Acum. 2023	Tributos - IRPF e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	45.748	15.554	30.194
	45.748	15.554	30.194

12. Imobilizado e Intangível

12.1. Ativo Imobilizado

(a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	2023	2022
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(238.335)	117.937	152.537
Máq., Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	194.999	(173.514)	21.485	11.088
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.796.329	(1.779.623)	16.706	54.423
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(1.171.960)	0	183.902
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.480	(39.509)	7.971	11.474
		3.567.040	(3.402.941)	164.099	413.424

(b) Movimentação do Custo

	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máq., Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	15.277	0	-	194.999
Equipamentos de Informática e Software	1.784.478	15.560	3.709	-	1.796.329
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
	3.539.912	30.837	3.709	-	3.567.040

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Mobiliário em Geral	203.735	34.600	-	-	238.335
Máq., Instalações e Utensílios de Escritório	168.634	4.880	-	-	173.514
Equipamentos de Informática e Software	1.730.054	53.269	3.700	-	1.779.623
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	988.059	183.901	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	36.006	3.503	-	-	39.509
	3.126.488	280.153	3.700	-	3.402.941

(d) Imobilizado de Arrendamento

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Aluguel da Sede	2.393.183	3.462.979
Custos de Desimobilização	651.972	585.980
Multa de Rescisão	159.472	17.282
(-) Depreciação Acumulada	(241.587)	(3.045.034)
	2.963.040,00	1.021.207,00

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Até 2022 a ABGF emitia Nota Explicativa de reconciliação caso fosse aplicado o CPC 06 (R2), principalmente em razão da indefinição do modelo de desestatização da Companhia, comentado na Nota Explicativa 1.1 daquele exercício.

Em 2023 a ABGF foi desqualificada no programa de desestatização, retomando suas atividades e, a partir da revisão contratual do aluguel da Sede, em agosto de 2023, passou a registrar contabilmente as operações de Arrendamento na forma do CPC 06 (R2).

Os lançamentos em depreciação acumulada no exercício de 2023 corresponde ao total dos aluguéis pagos no período de vigência do novo contrato, sendo que a importância de R\$ 5.305 corresponde as despesas de juros, à taxa de desconto anual de 9,1%, embutidas no arrendamento e R\$ 246.892 a redução das obrigações com arrendamento, com a respectiva baixa dos passivos de arrendamento (contraprestações).

Não foram identificados arrendamentos de curto prazo.

12.2. Ativo Intangível

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares de uso pela ABGF.

(a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	2023	2022
Software	20%	341.200	(338.912)	2.288	31.425
		341.200	(338.912)	2.288	31.425

(b) Movimentação do Custo

	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Software	341.200	-	-	-	341.200
	341.200	-	-	-	341.200

(c) Movimentação da Amortização Acumulada

	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Software	309.775	29.137	-	-	338.912
	309.775	29.137	-	-	338.912

13. Obrigações a Pagar

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Telefone, Energia e Internet	13.501	11.831
Aluguéis e Condomínios	49.378	66.699
Salários a Pagar	74.878	34.409
Correios e Publicações	623	-
Serviços Terceirizados	20.725	20.283
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	6.205.879	6.007.535
Outros Fornecedores	164.230	97.787
	6.529.214	6.238.544

(i) Refere-se a remuneração de um diretor cedido à ABGF;

(ii) Refere-se ao (JCP) imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos excedentes ao mínimo constam em conta destacada do Patrimônio Líquido.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

14. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

Representa o montante dos encargos retidos na fonte sobre folha de pagamento e dos serviços tomados de terceiros, correspondentes na posição do último dia de cada exercício.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Previdência Social de Funcionários	210.360	186.202
FGTS a Recolher	84.817	74.320
IRRF sobre a Folha a Recolher	285.181	247.086
Impostos Retidos de Fornecedores	20.160	15.950
	600.518	523.558

15. Encargos Trabalhistas

Representa o montante de provisão de férias e os encargos sociais incidentes (FGTS/INSS), correspondentes na posição do último dia de cada exercício.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Provisão para Férias	825.636	751.770
Encargos Sociais sobre Provisões	257.598	234.552
Encargos trabalhistas	1.083.234	986.322

16. Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos sobre o faturamento da Companhia. Os impostos e contribuições diferidos referem-se aos impostos (IRPJ e CSLL) incidentes sobre a variação das cotas mantidas no FGIE.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Cofins a Recolher	217.390	168.010
Pis a Recolher	40.748	28.856
Outros Impostos e Taxas	6.857	4.512
Impostos e Contribuições - Curto Prazo	264.995	201.378
Provisão Imposto de Renda Diferida	11.437	8.831
Provisão Contribuição Social Diferida	4.117	3.179
Impostos e Contribuições - Longo Prazo	15.554	12.010
Total de Tributos	280.549	213.388

17. Obrigações com Arrendamento

A ABGF registra as obrigações do contrato de aluguel pelo valor das contraprestações previstas no período de vigência do contrato, destacando os valores de principal corrigido e a taxa de juros implícita com base na taxa de desconto que a administração entende mais apropriada para o contrato.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

As informações referentes ao exercício de 2022 foram apurados de forma retrospectiva, com base no contrato de aluguel existente à época.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Arrendamentos de Curto Prazo	545.263	324.338
Aluguéis a Pagar	592.541	334.993
Rendas a apropriar	(47.278)	(10.656)
Arrendamentos de Longo Prazo	1.606.333	-
Aluguéis a Pagar	2.123.273	-
Rendas a apropriar	(516.940)	-
Provisões	811.444	603.263
Custos de desmobilização	651.972	585.980
Multa rescisória	159.472	17.282
	2.963.040	927.600

18. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia após o resultado do exercício.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital Subscrito	296.337.788	296.337.788
Reserva Legal	8.060.749	6.754.249
Reserva de Retenção de Lucros	(i) 2.113.431	-
Dividendos Propostos	(ii) 16.504.207	18.022.606
Outros Resultados Abrangentes	30.194	95.608
	323.046.369	321.210.251

- (i) Está sendo submetido à assembleia de acionistas proposta de orçamento de capital com a consequente retenção de lucros para distribuição integral dos resultados obtidos no exercício de 2022;
- (ii) Após a retenção das reserva legal e retenção de lucros, deduzidos os juros sobre o capital próprio, está sendo proposta que o saldo remanescente dos lucros do exercício seja distribuído sob a forma de dividendos adicionais.

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 296.337.788 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, composto por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 5.926,76/por ação.

(b) Resultado do exercício

O resultado do exercício de 2023 foi de R\$ 36.012.119, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, e de R\$ 35.073.244, no exercício de 2022, representando um acréscimo de 2,7%. A receita operacional líquida com prestação de serviços reduziu em 3,3%, e o resultado financeiro líquido teve aumento de 7,3%, se comparado com o mesmo período de 2022, decorrente, principalmente, do aumento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), no primeiro semestre/2023.

A ABGF registrou lucro líquido de R\$ 26.130.018 no exercício de 2023 e de R\$ 25.294.885 em 2022, apresentando aumento de 3,3%. O lucro por ação foi de R\$ 552,6.

Apresentamos a seguir a composição do Resultado dos exercícios de 2023 e 2022.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Serviços Prestados	19.845.585	20.799.453
(-) Tributos sobre o Faturamento	(2.601.147)	(2.963.922)
Receita Líquida de Serviços	17.244.438	17.835.531
Resultado Financeiro Líquido	37.885.707	35.306.081
RECEITAS TOTAIS	55.130.145	53.141.612
(-) Despesas Operacionais	(19.118.026)	(18.068.368)
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	36.012.119	35.073.244
IRPJ e CSLL	(9.882.101)	(9.778.359)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.130.018	25.294.885

As despesas operacionais tiveram aumento de 5,8%, decorrente principalmente, em relação aos reajustes contratuais nos serviços de terceiros, e, da readequação do quadro de pessoal próprio ocorridas no exercício de 2023.

A taxa efetiva de tributos sobre o Lucro da companhia no exercício de 2023, ajustado pelas adições, exclusões e benefícios fiscais, inclusive JCP, foi de 27,44%, ante a uma carga tributária de 34% de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme abaixo:

Base de Cálculo dos Tributos Sobre o Lucro

	Taxa Nominal	Taxa Efetiva
1. Resultado do Exercício	29.806.240	29.806.240
2. JCP incluído no Resultado	<u>6.205.879</u>	<u>6.205.879</u>
3. Resultado do Exercício	36.012.119	36.012.119
4. Adições	-	65.714
5. (Exclusões - Inclusive JCP)	-	<u>(6.578.443)</u>
6. Resultado ajustado	36.012.119	29.499.390

Taxa Nominal dos Tributos Sobre o Lucro

	IRPJ	CSLL	SOMA
1. Resultado do Exercício	36.012.119	36.012.119	
2. Alíquota IR (15%) CS (9%)	5.401.818	3.241.091	8.642.909
3. Adicional do IR (10% - 240.000)	3.577.212	-	3.577.212
4. Valor do Tributo (2+3)	8.979.030	3.241.091	12.220.121
5. Carga tributária - efetiva (4/1)	24,9%	9,0%	33,93%

Taxa Efetiva dos Tributos Sobre o Lucro

	IRPJ	CSLL	SOMA
1. Resultado ajustado	29.499.390	29.499.390	
2. Alíquota IR (15%) CS (9%)	4.424.909	2.654.945	7.079.854
3. Adicional do IR (10% - 240.000)	2.925.939	-	2.925.939
4. Valor do Tributo (7+8)	7.350.848	2.654.945	10.005.793
5. Benefícios Fiscais	123.691	-	123.691
6. Total de Tributos	7.227.157	2.654.945	9.882.102
7. Resultado do Exercício	36.012.119	36.012.119	
8. Carga tributária - efetiva (7/6)	20,07%	7,37%	27,44%

(c) Resultado abrangente

Na Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do Fundo Garantidor de Infraestrutura, realizada no dia 29 de dezembro de 2023, foi aprovada a destituição da ABGF como administradora do Fundo e designação da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Tendo em vista a intenção da ABGF no resgate das cotas estatutárias do Fundo, o valor foi reclassificado para curto prazo, sendo mantido o Ajuste a Valor justo no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários, na forma do CPC 48.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

As informações referentes aos ajustes na forma do CPC 06 (R2) foram apurados de forma retrospectiva, com base no contrato de aluguel existente no exercício de 2022, revertido em 2023, em vista do registro contábil do Arrendamento a partir de agosto/2023.

Os resultados abrangentes dos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ajuste CPC 06 (R2)	(72.295)	72.295
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	6.881	5.034
	(65.414)	77.329

(d) Juros sobre Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Em conformidade com as Leis n.º 9.249, de 1995, e n.º 9.430, de 1996, e com o Estatuto da ABGF, a Administração decidiu pelo pagamento ao acionista de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP), imputados aos dividendos obrigatórios, estabelecidos em 25% sobre o Lucro Líquido do Exercício Ajustado, calculado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976.

O lucro líquido atribuível aos acionistas no exercício de 2023 foi de R\$ 22.710.086 (vinte e dois milhões, setecentos e dez mil e oitenta e seis reais), sendo que para remuneração do capital próprio sob a forma de juros sobre o capital próprio foi destinado o montante de R\$ 6.205.879 (seis milhões, duzentos e cinco mil e oitocentos e setenta e nove reais), e dividendos adicionais, no valor de R\$ 16.504.207 (dezesesseis milhões, quinhentos e quatro mil e duzentos e sete reais) destacado em conta específica no patrimônio líquido para ser distribuído aos acionistas, a critério da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Também estão sendo propostos à Assembleia orçamento de capital e constituição de reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 2.113.431 (dois milhões, cento e treze mil e quatrocentos e trinta e um reais), visando subsidiar investimentos previstos para o exercício de 2024.

A remuneração total aos acionistas em 2023, aso seja aprovada a proposta para retenção de lucros, corresponde a R\$ 454,2 por ação.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023.

	Valor
Resultado do Exercício de 2023	36.012.119
Provisão para o Imposto sobre a Renda e Contribuição Social.	(9.882.101)
Lucro Líquido do Exercício	26.130.018
Reserva legal (5%)	(1.306.501)
Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo do dividendo)	24.823.517
Juros Sobre o Capital Próprio	6.205.879
Destinação do Resultado	
1. Lucro Líquido do Exercício	26.130.018
2. Reserva legal	1.306.501
3. Juros sobre o capital próprio (JCP) atribuídos aos Dividendos	6.205.879
4. Retenção de lucros	2.113.431
5. Dividendos Excedentes ao Mínimo	16.504.207

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(e) Reservas de Lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. O montante de reserva legal acumulada até o exercício de 2023 é de R\$ 8.060.749.

Com a desqualificação da ABGF no Plano Nacional de Desestatização, está sendo proposto orçamento de capital para o exercício de 2024, visando a retenção de Lucros no montante de R\$ 2.113.431, tendo como finalidade investimentos previstos para o exercício de 2024.

(f) Desempenho Financeiro

Eficiência Operacional

Em 2023 a Companhia alcançou Índice de Eficiência Operacional de 97,0%. Do montante das despesas, são excluídas as despesas de depreciação/amortização, os tributos incidentes sobre as receitas financeiras e as despesas financeiras, inclusive os Juros sobre o Capital Próprio.

São consideradas receitas operacionais as receitas de serviços prestados, sendo descartadas as rendas auferidas com as aplicações financeiras: abaixo quadro resumo com o cálculo do indicador.

	Despesa Operacional		Receita Líquida Operacional
Despesas de Pessoal	15.174.088	Receitas de Serviços	19.845.585
Despesas Administrativas	1.588.011	(-) Tributos sobre Faturamento	(2.601.147)
Despesas Tributárias	1.895.177		
(-) Despesas Tributárias - Financeiras	(1.807.205)		
Créditos Tributários	(92.108)		
Créditos Tributários - Financeiros	(28.663)		
	16.729.300		17.244.438
		Eficiência Operacional	97,01%

* Informações não auditadas

Equilíbrio Econômico-Financeiro

Em 2023 a Companhia alcançou Equilíbrio Econômico-Financeiro de 66,06%. Do total das despesas incluem-se os tributos sobre o faturamento e os Juros sobre o Capital Próprio. As receitas de serviços compõem-se das receitas de serviços e receitas financeiras: abaixo quadro resumo com o cálculo do indicador.

	Despesa Total		Receita Total
Despesas Totais, inclusive JCP	36.185.511	Receitas Totais	56.109.650
Tributos sobre o Faturamento	2.601.147	Tributos sobre o Faturamento	2.601.147
	38.786.658		58.710.797
		Equilíbrio Econômico-Financeiro	66,06%

* Informações não auditadas

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Medimos o indicador tomando por base o Lucro Líquido acionado aos Juros Sobre o Capital Próprio. Para apuração da média do Patrimônio Líquido, consideramos o saldo inicial do Patrimônio (excluídos os efeitos da atualização e pagamento dos dividendos propostos) e o saldo final do Patrimônio, considerada a apuração e destinação do resultado (Reservas de Lucros e Dividendos Propostos). A seguir quadro resumo com o cálculo do indicador.

	<u>Lucro Líquido</u>		<u>Patrimônio Líquido</u>
Lucro Líquido	19.924.139	Saldo Final do PL, sem Resultado	303.122.230
Juros sobre o Capital Próprio	6.205.879	Lucro Líquido (sem JCP)	19.924.139
		Saldo Final do PL, com Resultado	<u>323.046.369</u>
Lucro Líquido Ajustado	<u>26.130.018</u>	Patrimônio Líquido Médio	<u>313.084.300</u>
		Rentabilidade do PL	<u>8,35%</u>

* Informações não auditadas

Complementarmente, também medimos o indicador tomando por base o Lucro Líquido adicionado aos Juros Sobre o Capital Próprio e o Patrimônio Líquido no final do exercício. A seguir quadro resumo com o cálculo do indicador.

	<u>Despesa Total</u>		<u>Receita Total</u>
Lucro Líquido	19.924.139	Saldo Final do PL, com Resultado	323.046.369
Juros sobre o Capital Próprio	6.205.879		
Lucro Líquido Ajustado	<u>26.130.018</u>	Patrimônio Líquido	<u>323.046.369</u>
		Rentabilidade do PL	<u>8,09%</u>

* Informações não auditadas

Conforme mencionado na Nota 3.11, a administração entendeu que a distribuição do excedente ao mínimo fosse mantida em conta destacada do Patrimônio Líquido até a apreciação deliberativa da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Contábeis e Financeiras.

19. Receita de Serviços

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções:

		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita Operacional Bruta		19.845.585	20.799.453
MDIC (FGE)	(i)	15.053.751	14.647.286
FGIE	(ii)	1.011.934	1.017.926
FESR	(iii)	3.779.900	5.134.241
(-) Deduções da Receita		(2.601.147)	(2.963.922)
COFINS		(1.387.279)	(1.580.758)
PIS/Pasep		(301.185)	(343.191)
ISS		(912.683)	(1.039.973)
Receita Operacional Líquida		17.244.438	17.835.531

- (i) Apesar da suspensão por dois meses e meio do contrato com o MDIC (FGE), houve aumento dos serviços prestados decorrente da repactuação em julho/2023, com valor contratado no montante de R\$ 21,9 milhões ao longo de um ano, com fluxo financeiro mensal de R\$ 1,8 milhão;
- (ii) Corresponde ao ressarcimento dos custos administrativos e de pessoal empregados direta e indiretamente na prestação de serviços ao FGIE;
- (iii) A remuneração da Companhia, em relação ao FESR, tem como base a aplicação de 0,25% sobre o montante de prêmios emitidos no triênio anterior. A base de cálculo (prêmios emitidos) teve redução de 26,4% da remuneração em 2023, quando comparado com 2022.

20. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para o FGE, para o FGIE e para o FESR.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Custos com Pessoal	12.341.911	11.158.472
Custos administrativos	2.435.233	2.067.560
Gastos alocados aos serviços prestados	14.777.144	13.226.032

Os custos alocados refletem as despesas de pessoal e administrativas constantes das Notas 21 e 22.

21. Despesas Administrativas por Natureza

A redução de 26,4% nas despesas administrativas no exercício de 2023 decorre, principalmente, da diminuição da contratação de novos serviços com terceiros e da baixa provisão para passivo contingente. A partir de agosto/2023, os valores dos aluguéis passaram a ser evidenciados como depreciação e juros passivos, na forma do CPC 06 (R2).

A seguir todos os gastos administrativos da Companhia por natureza, incluindo as despesas e os custos dos serviços prestados.

		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Viagens e Representações	(i)	2.406	5.976
Serviços de Terceiros	(ii)	479.490	542.409
Ocupação	(iii)	626.553	832.020
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iv)	(92.108)	(107.643)
Depreciação/amortização		551.461	518.956
Despesas Gerais	(v)	480.959	993.069
Total das despesas administrativas		2.048.761	2.784.787
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados		2.435.233	2.067.560
Despesas Administrativas		(386.472)	717.227

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e prestação de serviços;
- (iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003;
- (v) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras. No exercício de 2023 houve reversão de provisão de passivo contingente de R\$ 371,9 mil.

22. Despesas com Pessoal por Natureza

No acumulado do exercício de 2023, os gastos totais com pessoal apresentaram aumento de 12,0% se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Os gastos com empregados aumentaram em 13,4% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros também aumentaram 4,3% em relação exercício de 2022.

O aumento das despesas com funcionários decorre, principalmente, da adequação do quadro funcional da Companhia com novas contratações e pelo reajuste salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2023, promovidas no primeiro semestre de 2023. Também houve o registro da liquidação de demanda trabalhista em julho/2023, com impacto tanto nas despesas de pessoal quanto nos encargos trabalhistas.

Já o acréscimo verificado nas despesas de diretores e conselheiros no exercício de 2023, decorre da movimentação e readequação do quadro de conselheiros fiscais.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Empregados:		
Salários, Encargos e Benefícios	12.992.102	11.455.313
Salários e Ordenados	7.303.346	6.640.305
Encargos Sociais	2.307.312	2.069.843
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.971.464	1.832.701
Benefícios Empregados	974.360	904.395
Saúde e Segurança do Trabalho	8.098	8.069
Verbas Indenizatórias	427.522	-
Diretoria e Conselhos:		
Honorários, Encargos e Benefícios	2.181.986	2.091.096
Honorários do Conselho de Administração	227.005	212.652
Honorários do Conselho Fiscal	170.254	115.186
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária	263.245	318.977
Honorários da Diretoria Executiva	1.053.477	936.070
Encargos Sociais Sobre Honorários	251.848	308.152
Provisão Trabalhista e Previdenciária	117.053	104.732
Benefícios Diretor	99.104	95.327
Total dos gastos com pessoal	15.174.088	13.546.409
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados	12.341.911	11.158.472
Despesas com pessoal	2.832.177	2.387.937

A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 30, de 04 de agosto de 2022, art. 1º, item “II”:

- a) A Remuneração média mensal no exercício de 2023 dos conselheiros fiscais e de administração foi de R\$ 4,8 mil;
- b) Relativamente à remuneração de diretores e empregados, considerando inclusive as vantagens e benefícios, foram pagas as importâncias conforme abaixo:
 - Maior e menor remuneração de diretores: R\$ 51,2 mil e R\$ 49,6 mil;
 - Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 27,1 mil e R\$ 12,0 mil;
 - Remuneração média dos diretores e empregados: R\$ 50,4 mil e R\$ 18,7 mil, respectivamente.
- c) Em 31/12/2023 a ABGF possuía 40 (quarenta) funcionários contratados, sendo que a maior remuneração, excluídas vantagens e benefícios, era de R\$ 24,8 mil e a menor era de 10,4 mil, com remuneração média de 16,7 mil;
- d) O valor médio global dos benefícios aos empregados foi de R\$ 2,1 mil, respectivamente.

23. Partes Relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

(c) Reembolso de diretores cedidos

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de Diretores Executivos cedidos.

(d) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 19.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

24. Despesas Tributárias

As despesas tributárias são compostas por impostos e taxas não incidentes sobre o lucro da Companhia. O quadro abaixo demonstra os montantes destas despesas.

		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
CIDE	(i)	12.000	11.828
Impostos e Taxas Diversas	(ii)	30.618	24.348
IPTU	(iii)	45.354	42.799
Pis/Pasep e Cofins	(iv)	1.807.205	1.658.197
Total		1.895.177	1.737.172

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre a importação de serviços, operações financeiras em remessas ao exterior de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel Unidade da ABGF em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre operações de seguros de crédito à exportação, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60% respectivamente, e sobre as receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, estabelecidas por meio do Art. 156 da IN 2121/2022, e do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015.

25. Resultado Financeiro

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado das disponibilidades financeiras da ABGF aplicadas em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5.

Em 2023, a ABGF conduziu um estudo visando otimizar a performance financeira de seus recursos por meio da análise de opções de investimento de longo prazo. Dentre as alternativas consideradas, o Fundo BB Renda Fixa LP Corporate Bancos destacou-se como a escolha preferencial, oferecendo a melhor performance e maior benefício financeiro total. Em 04/12/2023, 89,4% dos recursos financeiros da Empresa foram transferidos para o fundo longo prazo.

O saldo de Juros Ativos representa a correção dos créditos tributários pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês da compensação, conforme previsão do art. 148 da Instrução Normativa RFB nº 2055, de 06 de dezembro de 2021.

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, além da atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio do exercício de 2022, pagos em abril de 2023.

O Resultado Financeiro da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Rendimentos de aplicações financeiras	38.397.950	35.413.266
Atualização/Juros ativos	466.678	246.888
	38.864.628	35.660.154
Juros sobre prestações de arrendamento	(5.305)	-
Despesas financeiras	(973.616)	(354.073)
Resultado Financeiro líquido	37.885.707	35.306.081

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

26. Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada com a existência provável de saída de recursos para sua liquidação (CPC 25).

No exercício de 2023, existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas conta a Companhia, sendo sua maioria referente a pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

A Companhia após a tomada de ciência da existência de contencioso em que se configure na parte passiva da demanda, avalia individualmente cada demanda promovendo sua classificação e, sendo considerada provável, constitui provisão de 100% do montante de saída de caixa esperado.

Não há contingência classificada como provável.

27. Eventos subsequentes

Em 29/12/2023, por ocasião da 9ª Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, foi feita a transição do FGIE para o FDIRS – Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, e aprovada a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, como sua nova administradora.

Conforme protocolo de transição, todas as obrigações legais emergidas a partir do exercício de 2024, serão de responsabilidade da nova administradora, que passou a ter a denominação “FDIRS – Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável”.

Os serviços prestados pela ABGF até o final exercício de 2023, bem como o resgate das cotas de propriedade da ABGF foram liquidadas em janeiro de 2024.

MAIRA MADRID
BARBOSA DA
SILVA:39202580880
Assinado de forma digital
por MAIRA MADRID
BARBOSA DA
SILVA:39202580880
Dados: 2024.03.22 17:21:28
-03'00'

Maira Madrid Barbosa da Silva
Presidente

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUIZ EDUARDO DO NASCIMENTO LEGASPE
Data: 22/03/2024 17:18:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Eduardo do Nascimento Legaspe
Diretor de Garantias

Luiz Carlos e Silva
Assinado de forma digital por Luiz
Carlos e Silva
Dados: 2024.03.22 16:41:30 -03'00'
Luiz Carlos e Silva
Contador
CRC-DF 013.783/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. ("ABGF" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da ABGF, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de março de 2024.